

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em outubro de 2016 o Grupo Parlamentar do PCP questionou o Governo sobre o atraso na realização de exames ginecológicos no âmbito do rastreio do cancro do colo do útero, denunciando o facto de, nos centros de saúde do Algarve, os resultados desses exames demorarem mais de seis meses a serem disponibilizados (pergunta n.º 1095/XIII/2.ª).

Na sua resposta, o Governo negou (implicitamente) a existência de atrasos, informando que para as citologias realizadas no âmbito do Programa do Cancro do Colo do Útero, implementado no Algarve desde 2010, «*a demora média [desde a] colheita até à entrega do resultado é de cerca de um mês*».

Entretanto, ao Grupo Parlamentar do PCP chegou informação de uma citologia cérvico-vaginal, cuja colheita foi efetuada na Extensão de Saúde de Almancil em outubro de 2016 (ou seja, na mesma altura em que o PCP questionou o Governo), mas cujo relatório só foi enviado a essa extensão de saúde em janeiro de 2018. Ou seja, em vez da demora de um mês referida na resposta do Governo, a demora foi 15 meses!

Estamos perante um inaceitável atraso na realização de exames ginecológicos nos centros de saúde do Algarve, com sérias consequências para as utentes. A título de exemplo refira-se o caso de uma utente a quem o Instituto Português de Oncologia deu indicação clínica para fazer citologias cérvico-vaginais anualmente, mas os resultados dessas análises podem demorar 15 meses a serem disponibilizados.

Pelo exposto, com base nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, através do Ministério da Saúde, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Como se compagina o caso acima relatado com a resposta do Governo à pergunta n.º 1095/XIII/2.ª do PCP?
2. Como justifica o Governo que, nos centros de saúde do Algarve, os resultados de citologias cérvico-vaginais possam demorar 15 meses a ser disponibilizados?

3. Como avalia o Governo as consequências destes inaceitáveis atrasos na eficácia da deteção e prevenção do cancro do colo do útero?
4. Que medidas, urgentes, irá o Governo tomar para garantir que, nos centros de saúde do Algarve, os resultados das citologias cérvico-vaginais sejam disponibilizados de forma célere?

Palácio de São Bento, 18 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

CARLA CRUZ(PCP)

JOÃO RAMOS(PCP)